



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal  
Gabinete da Procuradoria Geral**

**PROCESSO Nº 1.174/2004 (apensos nºs 053.000.441/2002 e 4.817/1984-TCDF-reforma)**

**PARECER Nº 1410/2010–MF**

**EMENTA:** Pensão militar. Óbito na vigência da M.P. nº 2.218/01. Concessão inicial ainda não apreciada. Passamento da viúva. Habilitação da filha maior de outro leito. Deferimento e posterior cancelamento via sentença judicial. Pedido de reexame contra a Decisão nº 2064/03 (Processo nº 81/02). Não conhecimento. Análise dos argumentos trazidos aos autos. Improcedência – Decisão nº 7.143/09. Pedido de anulação da Decisão nº 7.143/09 e de reforma da Decisão nº 2.064/03 conhecido como Pedido de Reexame. Negativa de provimento – Decisão nº 3.286/10. Embargos de Declaração. Conhecimento – Decisão nº 4.004/10. Exame de mérito. Instrução por negar provimento. Acolhimento.

Retornam ao Ministério Público estes autos que cuidam da pensão militar instituída pelo extinto Cabo BM reformado Luiz Carlos Monteiro Duarte, matrícula nº 14.357-X, falecido em 29.12.2001, portanto, na vigência da M.P. nº 2.218/01, em favor de Arislina Badaró Duarte, viúva, com fulcro nos arts. 37, inciso I, 39, § 1º, e 53, da M.P. nº 2.218/01.

2. A Sra. Creide Monteiro Duarte, filha maior do ex-militar, requereu a pensão, no que foi atendida pelo CBMDF. Tal concessão foi cancelada administrativa e judicialmente<sup>1</sup>. Posteriormente, na Corte, recorreu das Decisões nºs 2.064/03, 7.143/09 e, desta feita, da 3.286/10, objeto dos presentes Embargos de Declaração, conhecido com efeito suspensivo, que ora são apreciados.

3. A Inspetoria faz a seguinte análise:

a) Da Omissão

<b>Embargante</b>	<b>ICE</b>
Insiste que a Corte, na Decisão nº 3.286/10, “ <i>não se posicionou quanto à alegação da ora embargante de que não fez referência às Leis 10.486/2003 (sic) e 10.556/2002 e a seus efeitos na Decisão nº 2064/2003</i> ”.	Não houve a alegada omissão, uma vez que, expressamente, a Decisão nº 3.286/10 faz referência às citadas leis, ratificando entendimento perfilhado na Decisão nº 2.064/03 no sentido de que, em face do princípio <i>tempus regit actum</i> , “ <i>o direito à percepção da pensão militar não alcança as filhas maiores de militares do DF falecidos na vigência da MP 2.218/2001, não se aplicando, nesses casos, a regra do artigo 36, § 3º, inciso I, da Lei nº 10.486/2002, introduzida pela MP nº 56/2002, convertida na Lei nº 10.556/02, por contrariar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, institutos protegidos pelo artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal</i> ”.

<sup>1</sup> A título de atualização das informações acerca da APC 2008.01.1.116513-7, acerca do recurso interposto pela Sra. Creide – embargos de declaração nos embargos de embargos, obtidas no site do TJDF: Decisão: CONHECER. NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradoria Geral**

b) Da Contradição/obscuridade

Embargante	ICE
<p>Alega que o TCDF “<i>se valeu de um julgado do STF que repele o atuar positivo do judiciário ao retroagir a lei, para embasar situação exatamente contrária, em que a lei expressamente dispõe sobre a matéria; ou se se trata de obscuridade, pelo fato de o julgado colacionado conferir aparente, mas errônea, base jurisprudencial à sua tese, acarretando confusão quanto à conclusão</i>”. Ou seja, a jurisprudência utilizada deveria enquadrar-se integralmente à situação em exame.</p>	<p>Argumenta que, da jurisprudência na qual se apoiou a instrução processual, o órgão técnico apontou o fundamento central da decisão, ou seja, aplicação do princípio <i>tempus regit actum</i> às questões previdenciárias. Em reforço à tese, colaciona novos julgados do STJ, STF e do TJDFT no mesmo sentido, a exemplo do AGI 2004.00.2.0069575:</p> <p>PENSÃO MILITAR. FILHA. MAIOR DE 24 ANOS. ÓBITO DO GENITOR OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI NOVA. RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. O REGRAMENTO DO DIREITO À PENSÃO POR MORTE HÁ DE SER FEITO COM BASE NA LEI VIGENTE À ÉPOCA DO ÓBITO DO MILITAR. TENDO O ÓBITO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.218, DE 5 DE SETEMBRO DE 2001, QUE FOI CONVERTIDA NA LEI FEDERAL Nº 10.486, DE 4 DE JULHO DE 2002, A PENSÃO MILITAR OBEDECERÁ ÀS NORMAS ENTÃO VIGENTES, NÃO SE APLICANDO, EM TAL CASO, AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI FEDERAL Nº 3.765, DE 4 DE MAIO DE 1960, ALTERADA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.215-10, DE 31 DE AGOSTO DE 2001. 2. DE ACORDO COM O ART. 37, I, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.218, DE 05 DE SETEMBRO DE 2001, CONVERTIDA NA LEI FEDERAL Nº 10.486, DE 4 DE JULHO DE 2002, A PENSÃO MILITAR SERÁ DEFERIDA AOS FILHOS MENORES DE VINTE E UM ANOS OU, QUANDO ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, MENORES DE VINTE E QUATRO ANOS. COMO A AGRAVANTE, NO CASO EM APREÇO, JÁ CONTAVA COM 26 (VINTE E SEIS) ANOS DE IDADE NA DATA DO ÓBITO DO GENITOR, EX-SOLDADO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, E NÃO É INVÁLIDA, É EVIDENTE QUE NÃO POSSUI DIREITO DE RECEBER O BENEFÍCIO. ASSIM, CORRETO ESTÁ O ATO ADMINISTRATIVO QUE CANCELOU O PAGAMENTO DA PENSÃO MILITAR QUE VINHA SENDO INDEVIDAMENTE EFETUADO À AGRAVANTE.</p>



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradoria Geral**

c) Da Dúvida

Embargante	ICE
<p>Aventa a seguinte dúvida: <i>“o que ocorreria no caso do militar da ativa ou reformado que faleceu na noite de publicação da Lei nº 10.486/2002 – já com nova redação dada pela Lei nº 10.556/2002, para não se correr o risco da alegada inconstitucionalidade – e que não teve tempo hábil para optar ou renunciar?”</i></p>	<p>De acordo com a Inspetoria, essa questão já foi enfrentada no Processo nº 2.864/04 (Decisão nº 5.351/09), que tratou da pensão instituída por militar falecido na vigência da Lei nº 10.486/02, ainda sem o pronunciamento acerca da contribuição adicional para manutenção dos benefícios da legislação pretérita. Na ocasião, a Corte entendeu que havia concordância tácita do instituidor, uma vez que não renunciou expressamente aos benefícios da Lei nº 3.765/60, <i>verbis</i>: “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] II - esclarecer ao jurisdicionado que o extinto Soldado BM HÉLIO RODRIGUES DO PRADO, Matrícula nº 04.214-5, por não ter renunciado expressamente aos benefícios da Lei nº 3.765/1960, nos termos do inciso II do § 3º do artigo 36 da Lei nº 10.486/2002, com a redação dada pela MP nº 56, de 18.7.2002, concordou tacitamente com os descontos referentes à contribuição adicional de 1,5% sobre sua remuneração para a pensão militar”.</p> <p>Destaca, ainda, que a dúvida suscitada pela embargante não se refere aos termos da Decisão nº 3.286/10 e que o entendimento da Corte, no ponto tido por duvidoso, não implica reflexos no feito em exame.</p>

4. Finalizando, sugere ao E. Tribunal negar provimento aos embargos de declaração em análise, face à inexistência da omissão e da contradição/obscuridade aventadas e tendo em conta que a dúvida suscitada não causa reflexo na presente concessão, sem prejuízo de informar à embargante que, no tocante à dúvida levantada, esta Corte já enfrentou o tema no Processo nº 2.864/04.

5. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer, que, de plano, concorda com as sugestões do corpo técnico. De fato, conforme bem destacado, não deve prosperar os pontos levantados pela embargante.

6. A omissão não restou configurada, uma vez que a Corte, na Decisão nº 3.286/10, fez expressa menção às leis citadas pela embargante, bem como delineou seus efeitos de maneira cristalina. Também não houve contradição ou obscuridade, a teor do entendimento do TCDF externado no Processo nº 81/02, que cuidou de consultada formulada pela Polícia Militar do Distrito Federal sobre a aplicação da M.P. nº 2.218/01 às pensões militares distritais, portanto, de caráter normativo, nos termos do § 2º do art. 194 do RI/TCDF.

7. A dúvida da Sra. Creide, em realidade, não se refere à decisão embargada, mas a um hipotético caso de concessão de pensão militar legada por instituidor falecido na vigência



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradoria Geral**

da Lei nº 10.486/02, que, no entanto, não efetivara a opção prevista no inciso II do § 3º do art. 36 da citada lei, com redação dada pela Lei nº 10.556/02.

8. Por fim, destaque-se que a Corte discute assunto similar no Processo nº 1.461/04, que trata de concessão de pensão à ex-esposa pensionada, cujo instituidor falecera na vigência da M.P. nº 2.218/01, na qual não havia previsão para sua habilitação ao benefício pensional.

9. Nesses termos, com esteio na Decisão nº 2.064/03, proferida em sede de consulta, o Ministério Público acolhe as sugestões da Inspeção.

É o parecer.

Brasília, 03 de novembro de 2010.

**Márcia Farias**  
**Procuradora-Geral**